

Nota Informativa

Edição XXX/2023

DESTAQUES

Oposição quer decreto legislativo contra nova regra trabalhista

Fazenda cogita incluir JCP em proposta que muda tributação de grandes empresas

MCTI vai investir R\$ 200 milhões para promover a transformação digital das micro e pequenas empresas

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Domicílios conectados sobem para 84%; aumenta conectividade em lares das classes C, D e E

Acesso apenas pelo telefone celular é barreira para maior conectividade significativa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e relator trabalham por texto comum da tributária entre Câmara e Senado, diz Padilha

Regulamentar Reforma Tributária necessitará entre três e cinco leis, diz Appy

IVA padrão pode ficar próximo de 25% com efeitos sobre sonegação, diz Appy à CNN

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Apesar das críticas, equipe de Haddad confia no cumprimento da meta de déficit zero

Equipe econômica não discutiu mudança na meta fiscal, diz Simone Tebet

POLÍTICA

PEC que limita decisões individuais no STF pode ser votada na próxima semana, diz Pacheco

Presidente da CAE no Senado garante tramitação célere para agenda do governo, mas cobra mais diálogo

Na reta final, cresce articulação pró-Gonet na PGR

Haddad pede esforço do Congresso para aprovar 5 medidas ainda em 2023

Aprovado projeto que aumenta segurança na transação de imóveis

RELAÇÕES EXTERIORES

Missão do MDIC para Suíça, China e Coreia do Sul busca oportunidades de negócios para o Brasil

G20 no Brasil terá reuniões em 17 cidades

SAÚDE

Lula sanciona lei que permite perícia do INSS via telemedicina

DESTAQUES

Oposição quer decreto legislativo contra nova regra trabalhista

Poder Executivo | 15/11/2023 – 19h27min

O líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), disse que irá elaborar um PDL (projeto de decreto legislativo) para sustar a portaria (nº 3.665) que muda a regra para o expediente no setor de comércio aos domingos e feriados. Segundo o congressista, o PDL deve ser apresentado na 5ª feira (16.nov.2023). “Essa decisão do governo federal atende única e exclusivamente aos interesses dos sindicatos, que agora podem cobrar dos empregados a famigerada contribuição assistencial. No fim, todos saem prejudicados”, disse Jordy ao Poder360. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda cogita incluir JCP em proposta que muda tributação de grandes empresas

Poder Executivo | 16/11/2023 – 13h05min

Apesar do calendário apertado de votações na Câmara até o fim do ano, o Ministério da Fazenda ainda quer avançar nas próximas semanas com a proposta que dá fim ao modelo atual de Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração feita pelas grandes empresas aos seus acionistas. Como originalmente sugerido ao Congresso, o texto pode render cerca de R\$ 10 bilhões à União no próximo ano. Essa é uma das medidas de arrecadação necessárias para a equipe econômica tentar alcançar o déficit zero em 2024. O JCP permite que a remuneração aos acionistas seja enquadrada como despesa – e, assim, abatida do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A ideia do governo ao mirar esse instrumento é atacar o planejamento tributário agressivo feito por empresas de grande porte da chamada economia real para pagar menos tributos. A equipe econômica argumenta que o uso do mecanismo foi desvirtuado e deve ser extinto. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI vai investir R\$ 200 milhões para promover a transformação digital das micro e pequenas empresas

Poder Executivo | 16/11/2023 – 14h28min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vai investir R\$ 200 milhões na nova fase do programa Brasil Mais Produtivo, lançada na quinta-feira (16) para promover a transformação digital das micro e pequenas empresas. No total, serão disponibilizados R\$ 2 bilhões para atender 200 mil empresas até 2027. O anúncio foi feito na quinta-feira (16). “O MCTI está totalmente integrado à política de reindustrialização em novas bases tecnológicas e sustentáveis”, afirmou a ministra Luciana Santos, durante a cerimônia de lançamento do Brasil Mais Produtivo. Segundo ela, a participação do ministério no programa busca garantir que micro, pequenas e médias empresas aumentem a produtividade e competitividade com o uso da inteligência artificial, internet das coisas e indústria 4.0. Por meio Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o MCTI vai investir R\$ 200 milhões no Brasil Mais Produtivo. São 80 milhões em recursos não reembolsáveis e 120 milhões em crédito com financiamento pela TR. A ministra destacou que a taxa de juros para projetos de inovação cobrada pela Finep, de 4,4% ao ano, é um estímulo para fomentar a industrialização. A nova fase do Brasil Mais Produtivo inclui como novos parceiros estratégicos a Finep e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), vinculadas ao MCTI, além do BNDES. O programa conta também com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Sebrae e SENAI – esses dois últimos como executores e com aporte de recursos próprios. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Domicílios conectados sobem para 84%; aumenta conectividade em lares das classes C, D e E

Mercado | 16/11/2023

Com mais conectividade, os lares das classes C, D e E puxaram o aumento do acesso de domínios à internet, fazendo os números voltarem a crescer em 2023, após dois anos de estabilidade. No Brasil, 84% das residências ou o equivalente a 64 milhões têm acesso à internet, conforme mostrou a TIC Domicílios 2023, divulgada, na quinta-feira (16/11), em coletiva de imprensa online. No entanto, a qualidade ainda é desigual entre a população, principalmente em recortes de raça, classe social e região. Em comparação com 2022, quando 80% dos lares contam com internet, houve um aumento de quatro pontos percentuais na comparação com 2022. Questionados pela Abranet sobre o papel dos prestadores de serviços de internet, Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br, e Fabio Storino, coordenador da pesquisa TIC Domicílios, foram unânimes em dizer que os ISPs exercem um papel fundamental em levar banda larga fixa e de qualidade. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Acesso apenas pelo telefone celular é barreira para maior conectividade significativa

Mercado | 16/11/2023 – 13h38min

O uso da internet apenas pelo aparelho telefone celular é uma barreira para uma exploração mais ampla da rede e um desenvolvimento maior de quem a usa. “O telefone passou a ser uma forma democrática para acessar à internet, mas ele impõe barreiras para se ter um acesso com maior significado. A conectividade significativa requer o uso de vários dispositivos”, assinalou Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br, ao responder perguntas de jornalistas na coletiva de imprensa de apresentação dos resultados da pesquisa TIC Domicílios 2023. A pesquisa revelou que os lares das classes C, D e E puxaram o aumento

do acesso de domínios à internet, fazendo os números voltarem a crescer em 2023, após dois anos de estabilidade. No Brasil, 84% das residências ou o equivalente a 64 milhões têm acesso à internet, quatro pontos percentuais a mais que em 2022 — leia matéria completa. Conectividade significativa é um termo que tem sido usado para definir um nível de acesso à internet que permite aos usuários terem uma experiência online segura, satisfatória, enriquecedora e produtiva a um custo acessível. Algo que não é possível usando apenas o telefone celular. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e relator trabalham por texto comum da tributária entre Câmara e Senado, diz Padilha

Poder Executivo | 16/11/2023 – 15h18min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo trabalha para a promulgação de um texto comum da reforma tributária entre a Câmara e o Senado. O ministro reiterou que o foco do governo permanece em votar e promulgar a reforma ainda este ano. Padilha se reuniu com o relator da reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na manhã desta quinta-feira (16), no Palácio do Planalto. De acordo com o ministro, o foco do encontro foi construir um ambiente junto à Câmara para a votação do texto. “O trabalho que nosso ministério das Relações Institucionais, da Fazenda e o relator da reforma tributária vamos buscar junto aos líderes da Câmara, o presidente da Câmara Arthur Lira e líderes de todos os partidos que já aprovaram a reforma tributária na Câmara em dois turnos, é construir um texto que permite promulgação o mais rápido possível”, declarou Padilha a jornalistas após o encontro. “Vamos trabalhar junto com a Câmara e o Senado para promulgar até o final do ano.” Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulamentar Reforma Tributária necessitará entre três e cinco leis, diz Appy

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 12h25min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que serão necessárias entre três e cinco leis para regulamentar as mudanças promovidas pelo projeto. “A lei mais importante vai definir as regras para o imposto federal e o imposto para estados e municípios, serão as mesmas regras”, disse Appy em sua participação no Bradesco CEO Forum, na manhã de quinta-feira (16). Uma outra lei regulará o comitê gestor dos tributos recolhidos. As demais, que podem chegar a três, tratarão de outros pontos. “O que fazer com os créditos acumulados? Isso podemos colocar em uma lei ou fazer uma para isso”, exemplificou o secretário. A Reforma Tributária está em análise na Câmara dos Deputados após o texto aprovado na Casa ser alterado no Senado Federal, com a ampliação de exceções a categorias e atividades. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IVA padrão pode ficar próximo de 25% com efeitos sobre sonegação, diz Appy à CNN

Poder Executivo | 15/11/2023 – 14h29min

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, afirmou em entrevista à CNN que a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) pode ficar próxima de 25%, a depender dos efeitos das novas normas sobre a sonegação. “Isso é uma possibilidade [alíquotas próximas de 25%], eu não descartaria. Vai depender da regulamentação do Imposto Seletivo, dos regimes específicos, da delimitação das alíquotas reduzidas e principalmente

dos efeitos sobre a sonegação. Eu não descartaria a possibilidade de ficar próximo de 25%”, disse. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Apesar das críticas, equipe de Haddad confia no cumprimento da meta de déficit zero

Poder Executivo | 15/11/2023 – 09h35min

Apesar das críticas, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não só defende a manutenção da meta fiscal como confia no cumprimento do déficit zero no próximo ano. Depois de uma disputa com a Casa Civil, o Ministério da Fazenda conseguiu convencer o presidente da República, Luiz Inácio da Lula da Silva, a manter na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a meta fiscal de zerar o rombo das contas públicas no próximo ano (veja mais abaixo). Pelo acerto, se for necessário alterar a meta, isso será feito em março do ano que vem, quando a Fazenda faz o seu primeiro relatório de receitas e despesas. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Equipe econômica não discutiu mudança na meta fiscal, diz Simone Tebet

Poder Executivo | 14/11/2023 – 19h28min

Após se reunir com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (Gestão e Inovação), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciou que a equipe econômica do governo não deliberou sobre a possibilidade de mudança na meta fiscal para 2024. De acordo com ela, o tema será discutido apenas diretamente com o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Danilo Forte (União-CE). A ministra conta que ainda não há uma data firmada para decidir a respeito de manter ou não a meta fiscal em déficit de 0%. A sua expectativa é para que a conversa aconteça na sexta-feira (17), último dia do prazo de apresentação de emendas à LDO. Esse limite, porém, pode ser postergado: ao votar o parecer preliminar, o relator declarou que pretende apresentar o texto final apenas na segunda-feira (20). Simone Tebet acrescentou, em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que a vontade manifestada pelo relator é de não definir uma meta fiscal com base em interesses políticos, mas em garantir um resultado técnico. “Ele tem conversado conosco, perguntando, vindo atrás de informações e números técnicos para embasar seu relatório. No momento certo, ele vai ponderar se vai mexer na meta ou não”, ponderou. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

PEC que limita decisões individuais no STF pode ser votada na próxima semana, diz Pacheco

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 13h23min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na quinta-feira (16) que vai consultar os líderes e que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser votada na próxima semana. O texto define que pedidos de vista (tempo extra para análise) em tribunais devem ser coletivos e limitados a seis meses, podendo ser renovados por mais três. Após o prazo, o processo seria reincluído automaticamente na pauta de votações. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da CAE no Senado garante tramitação célere para agenda do governo, mas cobra mais diálogo

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 12h51min

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), afirmou ao Valor que o colegiado está alinhado com a agenda do ministro Fernando Haddad (Fazenda) no Congresso. Vanderlan garante que a pauta defendida pelo ministro será tratada com celeridade no colegiado, mas defende que o governo "dê mais atenção ao Senado". Vanderlan diz que o projeto de lei (PL) dos fundos offshores e dos fundos exclusivos vai "passar rápido" na CAE. A matéria é uma das prioridades da pasta comandada por Haddad. Na sexta-feira (10), o projeto chegou oficialmente à CAE e o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) foi formalizado na relatoria. Como mostrou o Valor, o despacho foi um compromisso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também tem prometido um encaminhamento célere para as pautas econômicas. Alessandro Vieira também já antecipou que pretende manter a versão do texto que veio da Câmara. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Na reta final, cresce articulação pró-Gonet na PGR

Poder Executivo | 16/11/2023 – 12h20min

Com forte apoio no Supremo Tribunal Federal (STF) e depois ter feito uma ofensiva para conquistar aliados dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), o subprocurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, ganhou ares de favorito na corrida pela Procuradoria-Geral da República às vésperas da escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Houve, nas últimas 48h, uma forte articulação para convencer o entorno do presidente que, na ausência de um nome para chamar de seu, seria um desgaste gratuito não acatar o favorito do STF para o posto. Gonet tem apoio de Gilmar Mendes e de Alexandre de Moraes, por exemplo. Outros integrantes da corte também têm boa relação com o procurador. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad pede esforço do Congresso para aprovar 5 medidas ainda em 2023

Poder Executivo | 16/11/2023 – 10h20min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), defendeu, na quinta-feira (16), que seja feito um esforço concentrado pelo governo e Congresso Nacional para que matérias importantes da agenda econômica sejam aprovadas ainda em 2023. Em rápida conversa com jornalistas, Haddad destacou a importância de 5 matérias em tramitação nas casas legislativas para a busca pelo equilíbrio fiscal em 2024, conforme prevê o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), em análise pelo parlamento. Os projetos citados pelo ministro são a regulamentação das apostas esportivas e o projeto de lei sobre fundos exclusivos e offshores, que estão no Senado, além da conclusão da reforma tributária dos impostos sobre o consumo (PEC 45/2019), que voltou para a Câmara dos Deputados, e a Medida Provisória 1.185/2023, que trata dos incentivos fiscais sobre o ICMS. Outra proposição de interesse da equipe econômica envolve o fim da dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), encaminhada pelo governo em agosto, mas que ainda não avançou no parlamento. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aprovado projeto que aumenta segurança na transação de imóveis

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 09h10min

As restrições judiciais sobre um imóvel ou sobre o patrimônio do titular do imóvel não indicadas na matrícula do bem vendido não podem invalidar a transação. O projeto (PL 1.269/2022), do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), aprovado no Senado na terça-feira

(14) dá segurança jurídica aos compradores nesses casos. O relatório, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), indicou que a legislação a ser alterada é diferente da proposta originalmente, o que vai fazer com que a proposta volte para nova votação na Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Missão do MDIC para Suíça, China e Coreia do Sul busca oportunidades de negócios para o Brasil

Poder Executivo | 16/11/2023 – 14h39min

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Marcio Elias Rosa, embarcou na quarta-feira (15) para uma missão em Genebra (Suíça), Pequim (China) e Seul (Coreia do Sul). A visita tem como objetivos consolidar parcerias estratégicas, fortalecer acordos comerciais e explorar oportunidades de investimento. Em uma extensa agenda nos três países, de 17 a 25 de novembro, merece destaque, em Genebra, a participação do MDIC na reunião sobre a adesão do Brasil ao Acordo sobre Comércio de Aeronaves Civis (ACAC) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste encontro, será discutida a inclusão do Brasil em grupo de 33 países membros que representam a indústria de aeronaves civis. O Brasil é o único produtor relevante de aeronaves no mundo e membro original da OMC que não faz parte do Acordo. A adesão possibilitará o acesso pleno às discussões do Comitê sobre o Comércio de Aeronaves Civis da OMC. Já na China, Elias Rosa co-presidirá a 9ª Reunião da Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), o principal mecanismo de diálogo regular entre o Brasil e a China. A contraparte chinesa é o vice-ministro do Ministério do Comércio (MOFCOM), Wang Shouwen. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

G20 no Brasil terá reuniões em 17 cidades

Poder Executivo | 16/11/2023 – 07h02min

O Brasil assume dentro de duas semanas a presidência do G20, reunindo as maiores economias do mundo nesse foro central na governança global, em meio à multiplicação de crises na cena internacional. Para seu ano na presidência do grupo, o governo Lula coordenará 100 reuniões ministeriais e técnicas com os países membros, convidados e organizações internacionais, envolvendo os mais variados temas da agenda internacional. Para isso, o governo definiu 17 cidades para sediar esses encontros, destacando-se a escolha de capitais no Nordeste. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SAÚDE

Lula sanciona lei que permite perícia do INSS via telemedicina

Poder Executivo | 15/11/2023 – 19h27min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que busca o enfrentamento da fila do INSS, aprovada no último dia 1º no Senado. Uma das principais ferramentas trazidas pelo texto é a possibilidade de uso no telemedicina nas perícias do órgão. A lei cria o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), que terá uma duração inicial de nove meses, podendo ser prorrogado por mais três. De acordo com a norma, o atendimento à distância via telemedicina será utilizado em cidades com poucos médicos peritos ou onde o

tempo de espera esteja elevado. A relação de municípios deve ser elaborada pelo Ministério da Previdência Social. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br